Zurich Resseguradora Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 14.387.387/0001-95 – Companhia Fechada

Relatório da Administração

Senhores acionistas

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da **Zurich Resseguradora Brasil S.A.** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

De acordo com a legislação societária, fica assegurado aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício.

Investimentos

Os investimentos em títulos de renda fixa, variável e quotas de fundos de investimentos atingiram ao final do exercício de 2018 o montante de R$ 553 milhões (R$ 617 milhões em 2017). Os ativos financeiros estão classificados na categoria "Disponível para Venda" em atendimento a Circular SUSEP nº 517/15 e suas respectivas alterações. Todos os ativos financeiros estão vinculados às câmaras de liquidação (SELIC e CETIP) e são 100% oferecidos como ativos garantidores.

Provisões Técnicas

O valor contabilizado das provisões técnicas ao final de 2018 atingiu R$ 1.112 milhões (R$ 1.134 milhões em 2017) enquanto que os ativos de retrocessão ficaram em R$ 815 milhões (R$ 709 milhões em 2017). Os ativos de retrocessão redutores de cobertura somados aos direitos creditórios somam o total de R$ 824 milhões em 2018 (R$ 762 milhões em 2017) totalizando uma suficiência de garantia das provisões técnicas de R$ 250 milhões em 2018 (R$ 222 milhões em 2017).

Contexto Operacional

Em 25 de julho de 2011 o Grupo Zurich submeteu à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) o pedido de autorização para funcionamento de uma resseguradora local.

Em 11 de agosto de 2011, foi constituída como sociedade limitada, com a razão social "Zurich Re Participações Ltda".

Em 06 de janeiro de 2012, através da portaria nº 4.378 de 05 de janeiro de 2012, a SUSEP concedeu autorização para a companhia operar como resseguradora local, bem como aprovou a alteração de seu tipo societário de limitada para sociedade anônima, alterando a razão social para Zurich Resseguradora Brasil S.A.

Em 01 de janeiro de 2013, após o período de preparação, a Resseguradora iniciou suas operações como ressegurador local, oferecendo capacidade apenas à Seguradora do grupo Zurich no Brasil. Apenas em novembro de 2016, a Resseguradora abriu as suas operações ao mercado, passando a aceitar negócios de empresas fora do seu conglomerado.

Desempenho Operacional

A Zurich Resseguradora Brasil S.A. apresentou lucro líquido em 2018 de R$ 47 milhões (R$ 49 milhões em 2017).

O volume de negócios emitidos em 2018 atingiu R$ 292 milhões e os prêmios ganhos atingiram R$ 449 milhões (R$ 567 milhões de prêmios emitidos em 2017 e R$ 534 milhões de prêmios ganhos).

Quanto às operações de retrocessão, as despesas atingiram R$ 217 milhões e as receitas de retrocessão R$ 243 milhões em 2018 (R$ 234 milhões de despesas em 2017 e R$ 136 milhões de receitas).

O índice de sinistralidade geral ficou em 98,14% em 2018 e 77,35% em 2017.

Os índices de despesas administrativas e despesas com tributos, representaram 5,15% dos prêmios ganhos em 2018 e 3,57% em 2017.

Controles Internos e *Compliance*

O fortalecimento do ambiente de controles internos é uma alta prioridade para Zurich e uma iniciativa fundamental em finanças, para garantir a acuracidade das demonstrações financeiras. A aplicação desta metodologia sobre os processos e controles relacionadas às demonstrações financeiras é responsabilidade da equipe SOX, a qual dá suporte metodológico aos proprietários dos processos e controles.

Todos os processos e controles das demonstrações financeiras estão historicamente armazenados no sistema RACE, um sistema corporativo gerido para função de *Group Risk Management*, permitindo uma gestão adequada destes controles.

A estrutura de controles internos para as demonstrações financeiras faz parte da estrutura geral de controles internos dentro da governança de gerenciamento de riscos da Zurich.

Quanto à estrutura de *Compliance*, o Grupo Zurich a mantém independente para atendimento aos requerimentos legais, regulatórios e exigências e controles requeridos pelo Grupo. É de responsabilidade do departamento de *Compliance* a implementação de políticas internas, o acompanhamento da implementação de novas leis e regulamentações e as atividades da empresa, para garantir segurança jurídica à sua Diretoria e ao seu Conselho Administrativo.

Também é de responsabilidade do *Compliance* a elaboração de treinamentos, visando à criação de uma cultura de *Compliance* na empresa e o monitoramento do cumprimento dos *standards* do Grupo Zurich.

Perspectivas

O Grupo Zurich mantém suas expectativas positivas quanto ao crescimento sustentável da economia brasileira, como afirmam seus crescentes investimentos no mercado segurador com foco em: aquisições, parcerias estratégicas na distribuição de produtos, desenvolvimento de produtos adequados à realidade brasileira e mais competitivos. Somam-se a estes os crescentes investimentos em tecnologia da informação e marketing, importantíssimos para o processamento de alto nível e a prestação de serviços de excelência em qualidade e valor, conforme os padrões globais da Zurich.

Na opinião da administração, estes crescentes investimentos aliados ao foco estratégico nos clientes, sobretudo em suas necessidades e desejos, trarão a escala e a eficácia operacionais necessárias à concretização das metas do Grupo Zurich, que por meio desta sinergia, as expectativas positivas se estendem também para a Zurich Resseguradora Brasil S.A..

Agradecimentos

A Zurich Resseguradora Brasil S.A. agradece à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) pelo apoio e orientações obtidas. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019.

A Administração.

Balanços Patrimoniais nos exercícios findos em 31 de dezembro *(Valores expressos em milhares de reais)*

ATIVO	Nota explicativa	2018	2017
CIRCULANTE		**1.026.691**	**958.758**
Disponível	5	**2.354**	**11.892**
Caixa e bancos		1.904	11.121
Equivalente de caixa		450	771
Aplicações	6	**23.706**	**39.186**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**187.871**	**228.476**
Operações com seguradoras	7(a)	174.318	220.268
Operações com resseguradoras	7(b)	13.552	7.940
Outros créditos		1	268
Ativo de resseguro e retrocessão – provisões técnicas	8(a)	**792.436**	**666.624**
Títulos e créditos a receber		**17.931**	**11.619**
Créditos tributários e previdenciários	9(a)	14.153	11.619
Outros créditos		3.779	–
Custos de aquisição diferidos		**2.393**	**961**
Resseguros	10	2.393	961
NÃO CIRCULANTE		**562.990**	**625.133**
Aplicações	6	**529.994**	**578.218**
Ativo de resseguro e retrocessão – provisões técnicas	8(a)	**22.676**	**42.094**
Títulos e créditos a receber		**10.320**	**4.820**
Créditos tributários e previdenciários	9(a)	10.320	4.820
TOTAL DO ATIVO		**1.589.681**	**1.583.890**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2018	2017
CIRCULANTE		**1.233.756**	**1.255.887**
Contas a pagar		**40.550**	**31.712**
Obrigações a pagar		34.603	13.079
Impostos e encargos sociais a recolher		5.227	4.589
Impostos e contribuições		600	13.924
Outras contas a pagar		120	120
Débitos de operações com seguros e resseguros		**135.485**	**133.257**
Operações com resseguradoras	8(b)	133.405	131.142
Corretores de resseguros		2.080	949
Outros débitos operacionais		–	1.166
Provisões técnicas – resseguro	11	**1.057.721**	**1.090.918**
NÃO CIRCULANTE		**92.345**	**71.985**
Contas a pagar		**12.191**	**10.739**
Tributos diferidos	12(b)	12.191	10.739
Provisões técnicas – resseguro	11	**54.355**	**43.054**
Outros débitos		**25.799**	**18.192**
Obrigações fiscais	12(a)	25.799	18.192
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**263.580**	**256.018**
Capital social	14(a)	204.003	204.003
Reservas de lucros	14(c)	41.029	38.678
Ajuste de avaliação patrimonial		18.548	13.337
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.589.681**	**1.583.890**

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Valores expressos em milhares de reais)*

	Capital social	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**204.003**	**27.331**	**7.481**	**–**	**238.815**
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	5.856	–	5.856
Lucro líquido do exercício	–	–	–	49.200	49.200
Reserva legal	–	2.460	–	(2.460)	–
Juros sobre capital próprio/dividendos	–	–	–	(23.499)	(23.499)
Reserva estatutária	–	8.887	–	(23.241)	49.200
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**204.003**	**38.678**	**13.337**	**–**	**256.018**
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	5.210	–	5.210
Lucro líquido do exercício	–	–	–	47.030	47.030
Reserva legal	–	2.352	–	(2.352)	–
Juros sobre capital próprio/dividendos	–	–	–	(44.679)	–
Reserva estatutária	–	–	–	–	(44.678)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**204.003**	**41.029**	**18.548**	**–**	**263.580**

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro *(Valores expressos em milhares de reais)*

	Nota explicativa	2018	2017
Prêmios emitidos	15(a)	**292.429**	**566.846**
(-) Variações das provisões técnicas		**156.521**	**(32.806)**
(=) Prêmios ganhos	15(b)	**448.950**	**534.040**
(-) Sinistros ocorridos	15(c)	**(440.582)**	**(413.059)**
(-) Custo de aquisição		**(2.636)**	**(369)**
(-) Resultado com retrocessão	15(d)	**25.222**	**(97.844)**
(+) Receitas com retrocessão		242.590	136.173
(-) Despesas com retrocessão		(217.369)	(234.017)
(-) Despesas administrativas	15(e)	**(7.776)**	**(8.051)**
(-) Despesas com tributos	15(f)	**(15.346)**	**(11.033)**
(+) Resultado financeiro	15(g)	**60.997**	**69.249**
(=) Resultado operacional		**68.828**	**72.933**
(=) Resultado antes dos impostos e contribuições		**68.828**	**72.933**
(-) Imposto de renda	9(b)	**(11.119)**	**(11.888)**
(-) Contribuição social	9(b)	**(10.679)**	**(11.845)**
(=) Lucro líquido do exercício		**47.030**	**49.200**
(/) Quantidade médias das ações no período		**168.260**	**168.260**
(=) Lucro básico por ação em reais mil		**0,2795**	**0,2924**

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado Abrangente exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 *(Valores expressos em milhares de reais)*

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	**47.030**	**49.200**
Ajuste de avaliação patrimonial		
– ativos disponíveis para venda	6.662	10.648
Tributos diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial	(1.451)	(4.792)
Total do resultado abrangente do exercício	**52.241**	**55.056**

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto *(Valores expressos em milhares de reais)*

	2018	2017
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	47.030	49.200
Ajustes para:		
Amortizações	–	199
Constituição de provisão para contingências	7.607	6.605
Variação nas contas patrimonias:	–	–
	68.915	**(42.172)**
Créditos das operações de seguros e resseguros	40.604	(69.947)
Ativos de resseguro e retrocessão – provisões técnicas	(106.394)	(65.748)
Créditos tributários e previdenciários	(8.033)	(12.474)
Custos de aquisição diferidos	(1.432)	(871)
Outros ativos	(3.779)	–
Impostos e contribuições	9.113	38.562
Obrigações a pagar	(6.705)	(16.179)
Débitos de operações com seguros e resseguros	2.228	59.248
Provisões técnicas – resseguro	(21.897)	106.471
Impostos sobre os lucros pagos	(21.798)	(17.499)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**5.460**	**35.394**
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(14.997)	(32.000)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(14.997)**	**(32.000)**
Redução/(aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(9.537)**	**3.394**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**11.892**	**8.497**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercicio	**2.354**	**11.891**

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Informações gerais

A Zurich Resseguradora Brasil S.A. ("Resseguradora") constituída através de Assembleia Geral em 11 de agosto de 2011, obteve autorização para operar, como resseguradora local, em todo o território nacional por meio da portaria nº 4.378 de 05 de janeiro de 2012.

A Resseguradora é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, que tem como objetivo social a realização de operações de resseguro e retrocessão nos termos da legislação e regulamentos vigentes.

O capital social da Resseguradora é constituído por 217.148.939 ações ordinárias divididas em dois acionistas. A Zurich Insurance Company Ltd. possui 99,9999% das ações, enquanto que a Zurich Life Insurance Company Ltd. possui 0,0001%. Sediados na Suiça, os acionistas são sociedades devidamente constituídas sob as leis da Suiça.

Conforme a Circular SUSEP nº 535/16 e alterações posteriores, a Resseguradora opera com grupos de ramos e é autorizada a operar nos grupos de ramo patrimonial, riscos especiais, responsabilidades, automóvel, transportes, riscos financeiros, pessoas, habitacional e rural.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 27 de fevereiro de 2019.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 11.638/07, em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), contemplam as alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros nas categorias disponíveis para venda e avaliados ao valor justo através do resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Resseguradora em curso normal.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Resseguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Moeda funcional, moeda de apresentação e transação com moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Resseguradora atua, ("moeda funcional") sendo assim, a moeda funcional e moeda de apresentação das demonstrações financeiras da Resseguradora é o real. Todas as transações, os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que ocorrem, e posteriormente sofrem variações cambiais de acordo com a taxa de fechamento do Banco Central do Brasil. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado financeiro.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Ativos financeiros

(a) Classificação

A Resseguradora pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. As aplicações financeiras da Resseguradora são classificadas como ativos disponíveis para venda.

(i) Ativos disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são contabilizados no ativo circulante ou não circulante de acordo com sua data de vencimento.

As mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido até o seu vencimento ou venda, quando o saldo de reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

(ii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Resseguradora compreendem "Créditos das operações com seguros e resseguros" e "Títulos e créditos a receber", e são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva, sendo seu valor de realização anualmente avaliado por teste de *impairment*.

(b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Resseguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. As aplicações financeiras são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa das aplicações financeiras tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Resseguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo, tendo como contrapartida a conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor, justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem *impairment* (perda), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, também são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras. Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte das receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Resseguradora de receber pagamentos.

A Resseguradora avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização.

(c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

(i) Ativos contabilizados ao custo amortizado

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor incluem, mas não se limitam a:

- dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos da carteira.

As perdas decorrentes do teste de *impairment* são reconhecidas no resultado e refletidas em contas redutoras dos ativos correspondentes. Estas perdas representam a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

continua …

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

Zurich Resseguradora Brasil S.A.

… continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A redução ao valor recuperável para ativos de retrocessão cedidos é constituída com base no fluxo de prestação de conta, uma vez que os valores pagos pela Resseguradora aos retrocessionários são líquidos dos valores a receber.

A Resseguradora realizou estudo para constituição da Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). Em 2018 e 2017, com base nos seus dados históricos concluiu que não houve necessidade de constituição da provisão.

Mediante as avaliações detalhadas acima, a Resseguradora entende que a redução ao valor recuperável, em consonância com determinações da SUSEP, está adequada.

(ii) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Resseguradora avalia no final de cada período de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos estão registrados pelo seu valor de realização. Para os títulos públicos e títulos privados, a Resseguradora usa os mesmos critérios utilizados para os ativos negociados ao custo amortizado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo – medido como a diferença entre o custo atualizado e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo – será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo de instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por *impairment* ter sido reconhecido em lucro ou prejuízo, o prejuízo por *impairment* é revertido por meio da demonstração do resultado.

(d) Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios de 2018 e 2017, a Resseguradora não negociou instrumentos financeiros derivativos.

2.5. Contratos de resseguro

O contrato de resseguro é o instrumento jurídico através do qual é materializada a intenção das partes para transferência de riscos.

Com o objetivo de apoiar as companhias cedentes a atingir suas metas estratégicas, seja na obtenção de capacidade de subscrição, pulverização de riscos, equilíbrio de carteira, estabilização de resultados ou para proteger seu portfólio de riscos assumidos, a Resseguradora emite contratos de resseguro, proporcionais e não proporcionais, automáticos e facultativos, para riscos pertencentes aos grupos de ramos em que está autorizada a operar.

2.6. Ativos relacionados à retrocessão

Os mesmos objetivos que ensejam as companhias cedentes a buscar proteção de resseguro, igualmente ensejam os resseguradores a buscar proteção de retrocessão. Assim, para proteger seu portfólio de riscos assumidos, os resseguradores necessitam igualmente de capacidade de subscrição, pulverização de seus riscos, equilíbrio da sua carteira, estabilização dos seus resultados, entre outros. Logo, a Resseguradora retrocede parte dos riscos assumidos, através dos contratos de retrocessão, no curso normal de suas atividades.

Nos relatórios e demonstrativos contábeis os passivos relacionados às operações de retrocessão são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas.

Os ativos relacionados à retrocessão também são submetidos a teste de *impairment*, sendo ajustados ao seu valor recuperável quando existe indício de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados (Nota 2.4(c) (i)).

2.7. *Impairment* de ativos não-financeiros

Ativos não-financeiros (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de resseguros) são avaliados para *impairment* no mínimo anualmente e/ou quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo CPC 01/(R1) como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não-financeiros os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Resseguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (CGUs).

Em 2018 e 2017, não houve necessidade de constituição de perda por *impairment* na Resseguradora.

2.8. Provisões judiciais e ativos contingentes

As provisões estão demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. A Resseguradora avalia as suas contingências ativas e passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, através das determinações emanadas pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e referendada pela Circular SUSEP nº 517/15, e suas respectivas alterações.

(a) Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação de um evento futuro certo, apesar de não ocorrido, e depende apenas dela, ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabe mais recurso, caracterizando o ganho como praticamente certo.

(b) Provisões judiciais: são constituídas pela Administração levando em conta a opinião dos assessores jurídicos internos e externos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

(c) Provisões fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

2.9. Provisões técnicas

(a) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)

A PPNG é constituída pela parcela de prêmios correspondente ao período de risco ainda não decorrido, calculada com base nas características de cada contrato de resseguro.

Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG RVNE) – A metodologia de cálculo é baseada em um histórico mensal de prêmios emitidos em atraso em relação ao início de vigência. Para os contratos facultativos, considera-se o prêmio emitido por contrato. Para os contratos proporcionais, a metodologia é aplicada considerando-se os prêmios das apólices cobertas. Os contratos não proporcionais não foram contemplados na análise por não possuírem atraso em sua emissão.

(b) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

(i) Processos administrativos – é constituída por estimativa com base nas notificações dos sinistros recebidas pela Resseguradora até o encerramento do exercício e contempla, na data de sua avaliação, a quantia total das indenizações a pagar por sinistros avisados e respectivas despesas alocadas.

(ii) Processos judiciais – a Resseguradora só reconhece como sinistro judicial aquele em que participa da ação, ou seja, o sinistro em demanda judicial para a cedente sem que a Resseguradora participe diretamente da ação é considerado como sinistro administrativo. Até o momento, não há sinistros judiciais avisados à Resseguradora.

(iii) Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não suficientemente Avisados (IBNER) – a Resseguradora constitui a provisão de IBNER quando identifica a necessidade de ajuste na provisão de sinistro a liquidar, para casos de sinistros muito grandes ou catástrofes, onde tiver informação de que o valor do sinistro é maior do que o que já está avisado.

Em 2018 e 2017 não foi identificado necessidade de constituição da IBNER.

(c) Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR)

A provisão de IBNR deve ser constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data base de cálculo, de acordo com a responsabilidade da Resseguradora.

A Resseguradora adota os métodos da sinistralidade inicial esperada ("SIE") e de Bornhuetter-Ferguson sobre sinistros incorridos ("BF") para a determinação da provisão. A análise é segmentada por ano de ocorrência, onde é usado, preferencialmente, o método da SIE para o ano de ocorrência atual e o BF para os anos anteriores, caso exista experiência para a seleção de um padrão. Se a aplicação do método da SIE para o ano de ocorrência atual em determinado grupo contábil resultar em valor de IBNR negativo, então, em geral é adotado o método BF para este caso. Na ocorrência de grande sinistro, se a Resseguradora considerar mais prudente a realização de avaliação individual do IBNR para o mesmo, com base nas informações disponíveis, este caso poderá ser extraído da análise usual, e receber tratamento individualizado.

A análise da IBNR é realizada bruta de retrocessão. Para os contratos de retrocessão proporcionais, o valor cedido em retrocessão é obtido aplicando o respectivo percentual cedido sobre a IBNR bruta. Para os contratos não proporcionais, assume-se que não há IBNR cedida.

(d) Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A Resseguradora constitui a provisão complementar de cobertura quando identificada insuficiência na provisão de prêmios não ganhos, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivo (TAP), de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e suas respectivas alterações.

Em 2018 e 2017 não foi identificada insuficiência no TAP, não havendo assim constituição da PCC.

(e) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A Resseguradora constituirá, quando houver provisão de despesas alocadas a sinistros a ser incorridas pela própria Resseguradora.

Em 2018 e 2017 não foi identificada necessidade de constituição da PDR.

2.10. Teste de Adequação do Passivo (TAP)

O teste de adequação de passivos é realizado, a cada data de balanço, com o objetivo de averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, de acordo com o CPC 11 e premissas mínimas determinadas pela Circular SUSEP nº 517/15 e suas respectivas alterações. No TAP, são comparadas as provisões técnicas da data base, líquidas dos eventuais custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis relacionados, com os valores presente dos respectivos fluxos de caixa projetados. Na realização do teste, a Administração da Resseguradora utiliza as melhores estimativas para os fluxos de caixa futuros, incluindo sinistros e despesas administrativas esperadas. Se for encontrada deficiência, ela é contabilizada, conforme requerido pela Circular SUSEP nº 517/15, na provisão complementar de cobertura.

As premissas de sinistralidade e padrões de desenvolvimento de sinistros adotados no TAP foram selecionadas da mesma forma que para a análise da provisão de IBNR.

A taxa adotada para descontar os fluxos de caixa projetados foi a taxa a termo livre de risco divulgada pela SUSEP. Para o fluxo cujo moeda original é o real, foi utilizada a taxa pré-fixada. Para o fluxo cujo moeda original é estrangeira, foi utilizada a taxa cupom cambial.

A Resseguradora realizou o cálculo de TAP, em e 2018 e 2017 não identificou necessidade de ajuste das provisões técnicas.

2.11. Principais tributos

A partir de setembro de 2015 a contribuição social foi majorada para a alíquota de 20% (anteriormente a alíquota era de 15%), conforme alteração através da Medida Provisória nº 675/15 convertida na lei nº 13.169/15. Conforme a aludida legislação, a alteração foi definida por prazo determinado até 31 de dezembro de 2018.

O imposto de renda é aplicado pela alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% para os lucros que excedem R$ 240 mil no ano.

As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

2.12. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.13. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Resseguradora é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final de cada exercicio, com base no estatuto social da Resseguradora e Lei das Sociedades Anonimas nº 11.638/07. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório de 25% somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.14. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, observando o critério "*pro-rata die*".

Os prêmios de resseguro contabilizados por ocasião da vigência do risco dos contratos são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao respectivo prazo de vigência.

As receitas e despesas de prêmios e comissões relativas às responsabilidades de retrocessão são contabilizadas conforme Circular SUSEP nº 517/15, e suas respectivas alterações.

2.15. Demonstração dos resultados abrangentes

A demonstração dos resultados abrangentes está apresentada em quadro demonstrativo próprio e compreende itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos CPC's.

2.16. Resultado por ação

O resultado por ação básico da Resseguradora para 2018 e 2017 é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela quantidade média das ações da Resseguradora de acordo com os requerimentos do CPC 41.

2.17. Normas contábeis, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente

CPC 48, "Instrumentos Financeiros". Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o CPC 38/IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novo modelo de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (ii) novo modelo de impairment; e (iii) nova diretriz para a adoção de contabilização de *hedge*. A norma será aplicável quando referendada pela SUSEP.

CPC 06 (R2) "Arrendamentos". A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. A norma será aplicada quando referendada pela SUSEP.

IFRS 17 "Contratos de Seguro", emitido em maio de 2017 pelo IASB para substituir o IFRS 4 publicado em 2014. O IFRS 17 prevê que os passivos da Seguradora sejam mensurados a valor justo e forneçam uma abordagem mais uniforme de mensuração e apresentação para todos os contratos de seguro. O IFRS 17 passa vigorar em 01 de janeiro de 2022, sendo permitido a aplicação antecipada. Aguardando aprovação desta norma pela SUSEP.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

Algumas políticas requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da Administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas.

À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Resseguradora adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação; as receitas de prêmios e correspondentes despesas de comercialização relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão dos respectivos contratos e as provisões técnicas de resseguro. Destacamos, especialmente, a utilização de estimativas na avaliação de passivos de resseguros, descrito a seguir.

Alterações em tais premissas ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados.

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de resseguro

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de resseguro da Resseguradora representam a área onde a Resseguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Resseguradora irá liquidar em última instância.

A Resseguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos, cujo evento ressegurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na nota explicativa de provisões técnicas – resseguro (Nota 11).

4. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Resseguradora.

Entendemos ainda que a atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e também em função da globalização dos negócios. Por essa razão, as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas utilizadas internacionalmente e devidamente adaptadas à nossa realidade.

Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado.

No sentido amplo, o processo de governança corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia e proteger os *stakeholders*, a exemplo de acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores e etc., bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor à empresa e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas.

Nesse contexto, nosso processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação dos riscos.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de controles internos e *compliance* (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.

A estrutura do processo de gerenciamento de riscos da Resseguradora permite que os riscos de resseguro, crédito, liquidez e mercado sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um departamento específico, denominado *Risk Management*, com o intuito de obter sinergia entre estas atividades na Resseguradora, tendo por atribuição assessorar a alta Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limite de exposição a riscos no âmbito do consolidado econômico financeiro.

(a) Risco de resseguro aceito

O gerenciamento de risco de resseguro é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de resseguro de grupo de ramos, o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos.

A teoria de probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento das operações de resseguro.

O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros e benefícios seja maior do que o estimado.

(i) Estratégia de subscrição

A estratégia da Resseguradora é prover capacidade de resseguro tanto para as empresas do grupo Zurich, como para empresas fora do grupo, através de soluções eficientes que garantam solidez financeira.

Os principais objetivos estratégicos da Resseguradora são dar suporte à estratégia de subscrição, mitigar riscos e proteger os resultados do grupo Zurich. A atuação está concentrada nos grupos de ramos patrimonial, responsabilidades, automóvel, transportes, riscos financeiros, riscos especiais, pessoas e rural.

E estratégia de subscrição do grupo Zurich permite identificar diferentes riscos, fatores que os agravam ou os atenuam, como tipos de indústria e setores da economia, localização do segurado, complexidade de projetos, experiência, efetividade de controles, entre outros. Estes fatores são considerados conforme o produto que está sendo analisado impactando diretamente nas diferentes metodologias de precificação existentes para cada produto.

Os contratos de resseguro são revisados anualmente para garantir aderência aos princípios e estratégias da Resseguradora.

(ii) Estratégia de retrocessão

A contratação de operações de retrocessão tem o objetivo de prover à Resseguradora a capacidade para aceitação de riscos, sempre com o objetivo de proteger o balanço e atender as exigências quanto à solvência.

As operações de retrocessão são contratadas sempre em observância aos requerimentos legais vigentes no país e normas internas do Grupo Zurich.

Os contratos de retrocessão são revisados anualmente para garantir aderência aos princípios e estratégias da Resseguradora no país.

(iii) Gerenciamento de ativos e passivos

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos.

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade de manter o balanceamento de ativos e passivos.

O casamento de ativos e passivos é monitorado pelo Comitê ALMIC (*Asset Liability Management Investment Committee*), que aprova semestralmente as metas, limites e condições de investimentos, bem como acompanha a maturidade dos ativos e passivos envolvidos na provisão técnica, a fim de prevenir o descasamento de ambos. A equipe atuarial faz a análise da maturidade dos passivos de resseguro e a disponibiliza para o Comitê.

(iv) Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento da carteira de contratos de resseguro permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros); e (iii) gerenciamento de ativos e passivos. Além disso, o teste de adequação do passivo é realizado, semestralmente, com o objetivo de averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas.

A Resseguradora atua com grupo de ramos elementares como principal segmento de gestão de risco de resseguro.

Riscos de resseguro com grupo de ramos elementares

O risco de resseguro com grupo de ramos elementares inclui a possibilidade razoável de perdas significativas devido à incerteza na frequência da ocorrência dos eventos ressegurados, bem como na gravidade dos créditos resultantes, sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado, precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos, políticas de retrocessão ou técnicas de transferência de riscos inadequadas, como também provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

O departamento de gerenciamento de riscos monitora e avalia a exposição de risco, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, retrocessão, provisões técnicas de resseguro e ativos de retrocessão. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pelos departamentos técnicos para cada área de risco.

Resultados da análise de sensibilidade

Alguns resultados da análise de sensibilidade estão apresentados abaixo. Para cada teste é demonstrado o impacto de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator.

	Impacto no resultado e no patrimônio líquido	
	2018	
Premissas atuariais	**Bruto de retrocessão**	**Líquido de retrocessão**
Aumento de 5% na sinistralidade	(3.738)	(932)
Redução de 5% na sinistralidade	3.738	932
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(7.422)	(7.383)
Redução de 5% nas despesas administrativas	2.353	2.347
Aumento de 1% na taxa de juros	12.294	3.101
Redução de 1% na taxa de juros	(12.770)	(3.226)

continua …

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

Zurich Resseguradora Brasil S.A.

… continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Impacto no resultado e no patrimônio líquido 2017	
Premissas atuariais	**Bruto de retrocessão**	**Líquido de retrocessão**
Aumento de 5% na sinistralidade	(4.237)	(561)
Redução de 5% na sinistralidade	10.443	7.848
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(7.030)	(7.030)
Redução de 5% nas despesas administrativas	7.030	7.030
Aumento de 1% na taxa de juros	10.598	3.216
Redução de 1% na taxa de juros	(10.998)	(3.349)

(b) Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Resseguradora.

A Resseguradora está exposta ao risco de crédito em:

• Ativos financeiros;
• Ativos de retrocessão; e
• Prêmio de resseguro.

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's (S&P), Moody's entre outras.

(i) Exposições ao risco de crédito

A Resseguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradores individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e a faixa restrita de resseguradores que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Resseguradora adota uma política de gerenciar as exposições de suas contrapartes de retrocessão, limitando aos resseguradores que poderão ser usados, e o impacto das inadimplências dos resseguradores é avaliado regularmente

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	**Ativos não vencidos e não *impaired***	**2018**	**2017**
Caixa e bancos e equivalente de caixa	2.354	2.354	11.892
Disponíveis para venda:			
Públicos	507.703	507.703	597.205
Privados	45.997	45.997	20.199
Operações com seguradoras	174.318	174.318	220.268
Operações com resseguradoras	13.552	13.552	7.940
Total de ativos financeiros	**743.924**	**743.924**	**857.504**

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito.

Os ativos acima são analisados na tabela abaixo usando o *rating* da Standard & Poors (S&P), ou equivalente quando o da S&P não estiver disponível, tais como Fitch Ratings, Moody's e A.M. Best Company.

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	**AA-**	**A-**	**B+**	**Sem *Rating***	**2018**
Caixa e bancos e equivalentes de caixa	2.354	–	–	–	**2.354**
Disponíveis para venda:					
Públicos	507.703	–	–	–	**507.703**
Privados	45.997	–	–	–	**45.997**
Operações com seguradoras	–	–	–	174.318	**174.318**
Operações com resseguradoras	–	5.646	7.906	–	**13.552**
Exposição máxima ao risco de crédito	**556.054**	**5.646**	**7.906**	**174.318**	**743.924**

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	**AA-**	**A-**	**B+**	**Sem *Rating***	**2017**
Caixa e bancos e equivalentes de caixa	11.892	–	–	–	**11.892**
Disponíveis para venda:					
Públicos	597.205	–	–	–	**597.205**
Privados	20.199	–	–	–	**20.199**
Operações com seguradoras	–	–	–	220.268	**220.268**
Operações com resseguradoras	–	4.978	2.962	–	**7.940**
Exposição máxima ao risco de crédito	**629.296**	**4.978**	**2.962**	**220.268**	**857.504**

(ii) Retrocessionários

Discriminação dos resseguradores por categoria de risco

Resseguradores	**Agência**	***Rating***
Agrinational Insurance Company	A.M.Best Company	A-
BTG Pactual Resseguradora S.A.	A.M.Best Company	BBB
Everest Reinsurance Company	A.M.Best Company	AA-
IRB – Brasil Resseguros S.A.	A.M.Best Company	A-
Zurich Insurance Company	A.M.Best Company	AA-
J. Malucelli Resseguradora S.A.	A.M.Best Company	A-
Zurich Insurance Public Limited Company	A.M.Best Company	AA-
SCOR Reinsurance Company	A.M.Best Company	AA-

Os *ratings* foram extraídos dos sites das respectivas agências certificadoras.

Discriminação dos resseguradores por classe

				2018
Resseguradores	**Classe**	**Ativo(*)**	**Passivo(**)**	**Líquido**
BTG Pactual Resseguradora	Local	7.906	80	7.826
J. Malucelli Resseguradora	Local	5.274	–	5.274
IRB – Brasil Resseguros S.A.	Local	34.389	697	33.692
Everest Reinsurance Company	Admitida	293.006	8.352	284.654
Zurich Insurance Company	Admitida	32.533	120.516	(87.983)
SCOR Reinsurance Company	Admitida	22	2	20
Agrinational Insurance Company	Eventual	849	29	820
Zurich Insurance Public Limited Company	Eventual	529	–	529
Total		**374.508**	**129.676**	**244.832**

				2017
Resseguradores	**Classe**	**Ativo(*)**	**Passivo(**)**	**Líquido**
BTG Pactual Resseguradora	Local	2.962	–	2.962
J. Malucelli Resseguradora	Local	4.978	–	4.978
IRB – Brasil Resseguros S.A.	Local	27.447	1.101	26.346
Everest Reinsurance Company	Admitida	202.559	90.187	112.372
Zurich Insurance Company	Admitida	27.574	39.828	(12.254)
Agrinational Insurance Company	Eventual	610	26	584
Zurich Insurance Public Limited Company	Eventual	721	–	721
Total		**266.851**	**131.142**	**135.709**

(*) O valor está composto pela provisão de sinistros a liquidar e ativo de operações com resseguradoras.

(**) O valor está composto pelos prêmios cedidos de retrocessão, líquidos de comissão.

Em 2018 e 2017 não foram excedidos os limites de exposição ao crédito e não houve evidência objetiva de *impairment* para os ativos de retrocessão.

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Resseguradora não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Resseguradora é manter uma liquidez adequada e uma liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Resseguradora avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua.

A Resseguradora tem políticas de liquidez em todo o grupo de gestão e de diretrizes específicas sobre a forma de planejar, gerenciar e relatar sua liquidez local, propiciando recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

(i) Gerenciamento de risco de liquidez

O gerenciamento de risco de liquidez é realizado pela área de gerenciamento de investimentos e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como, a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco é crucial, sobretudo para permitir à Resseguradora de liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

(ii) Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de resseguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade da Resseguradora de cobrir altas exigências de liquidez, por exemplo, no caso de um desastre natural.

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

O passivo circulante é superior ao ativo circulante, entretanto as aplicações financeiras de longo prazo podem ser resgatadas antecipadamente, conforme a necessidade, mantendo a liquidez da Resseguradora.

A tabela abaixo demonstra o agrupamento dos passivos para análise de liquidez. Todos os passivos financeiros são apresentados em uma base de fluxo de caixa contratual com exceção dos passivos de resseguro que estão apresentados pelos fluxos de caixa esperados. O passivo de resseguro é o principal passivo da Resseguradora.

					2018
	Sem vencimento	**Até um ano**	**De um a três anos**	**Acima de três anos**	**Total**
Ativo					
Caixa e equivalente de caixa	2.354	–	–	–	2.354
Aplicações	21.766	1.940	529.994	–	553.700
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	187.871	–	–	187.871
Ativos de resseguro	–	792.437	13.308	9.368	815.112
Títulos e créditos a receber	–	17.931	–	10.320	28.251
Total do ativo	**24.120**	**1.000.179**	**543.302**	**19.688**	**1.587.288**
Passivo					
Contas a pagar	–	52.742	–	–	52.742
Débitos de operações com seguros e resseguros	–	135.485	–	–	135.485
Provisões técnicas – resseguro	–	1.057.721	36.176	18.179	1.112.076
Total do passivo	**–**	**1.245.948**	**36.176**	**18.179**	**1.300.303**

					2017
	Sem vencimento	**Até um ano**	**De um a três anos**	**Acima de três anos**	**Total**
Ativo					
Caixa e equivalente de caixa	11.892	–	–	–	11.892
Aplicações	9.162	30.023	284.307	293.912	617.404
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	228.476	–	–	228.476
Ativos de resseguro	–	666.624	31.603	10.491	708.718
Títulos e créditos a receber	–	11.619	–	4.820	16.439
Total do ativo	**21.054**	**936.742**	**315.910**	**309.223**	**1.582.929**
Passivo					
Contas a pagar	–	42.450	–	–	42.450
Débitos de operações com seguros e resseguros	–	133.257	–	–	133.257
Provisões técnicas – resseguro	–	1.090.918	32.541	10.513	1.133.972
Total do passivo	**–**	**1.266.625**	**32.541**	**10.513**	**1.309.949**

Risco de mercado

(i) Gerenciamento de risco de mercado

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas. Este risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos, no intuito de evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, dada a elevação na complexidade das operações realizadas nos mercados.

(ii) Controle do risco de mercado

O risco de mercado é gerenciado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança, tendo como consequência uma melhor avaliação e definição dos limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, e também o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas.

A principal atividade da gestão de risco de mercado é de elaborar análises de sensibilidade e simular resultados em cenários de estresse para as posições da Resseguradora.

O controle do risco de mercado é acompanhado pela área de gerenciamento de investimentos, cujas principais atribuições são:

• definir estratégias de atuação para a otimização dos resultados e apresentar as posições mantidas pela organização;
• analisar o cenário político-econômico nacional e internacional (envolvendo oscilação cambial);
• avaliar os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais;
• avaliar e definir os limites de VaR (*Value at Risk*) e das carteiras;
• analisar a política de liquidez;
• estabelecer limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas; e
• realizar reuniões extraordinárias para análise de posições e situações em que os limites de posições ou VaR sejam ultrapassados.

Dentre as principais atividades da área de *Risk Management*, destacamos o acompanhamento, cálculo e análise do risco de mercado das posições, por meio da metodologia do VaR.

(iii) Análise do risco de mercado

A política da Resseguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que os limites de VaR são definidos pelo Comitê ALMIC (*Asset Liability Management Investment Committee*), onde o cumprimento destes são acompanhados mensalmente por área independente à do gestor das posições. A metodologia adotada para a apuração do VaR tem nível de confiança de 99% e horizonte de tempo de 250 dias. As volatilidades e as correlações utilizadas pelos modelos são calculadas a partir de métodos estatísticos e são ajustadas, quando necessário, a fatos ainda não capturados pelos dados utilizados nos modelos e a sensibilidade dos participantes dos trabalhos.

A metodologia aplicada e os modelos estatísticos existentes são validados diariamente utilizando-se técnicas de *backtesting*. O *backtesting* compara o VaR diário calculado com o resultado obtido com essas posições (excluindo resultado com posições *intraday*, taxas de corretagem e comissões). O principal objetivo do *backtesting* é monitorar, validar e avaliar a aderência do modelo de VaR, sendo que o número de rompimentos deve estar de acordo com o intervalo de confiança previamente estabelecido na modelagem.

Considerando o modelo de simulação histórica para o cálculo do VaR, é possível medir a perda máxima em um dia para uma carteira de ativos, dado um intervalo de confiança. Seguem os resultados obtidos para os exercícios de 2018 e 2017.

	2018	**2017**
Patrimônio da carteira de custódia	553.700	617.404
Percentil	(0,003065536)	(0,003567333)
VaR – 250 dias	(1.965)	(2.202)
% do patrimônio da carteira de custódia	0,31%	0,36%

5. Caixa e equivalente de caixa

	2018	**2017**
Caixa e bancos	1.904	11.121
Equivalente de caixa	450	771
	2.354	**11.892**

6. Aplicações – circulante e não circulante

(a) Classificação das aplicações

As tabelas abaixo demonstram a classificação das aplicações e os respectivos vencimentos:

	2018	**%**	**2017**	**%**
Títulos disponíveis para venda				
Tesouro SELIC (LFT)	–	–	29.006	4,70
Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-F)	418.650	75,61	148.473	24,05
Quotas de fundos de investimentos	5.770	1,04	9.162	1,48
Letras Financeiras (LF)	40.227	7,27	11.037	1,79
Tesouro Prefixado (LTN)	89.053	16,08	419.726	67,98
Total	**553.700**	**100,00**	**617.404**	**100,00**

	De 1 a 30 dias ou sem vencimento	**De 181 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**Valor de mercado**	**Ajustes de avaliação patrimonial (líquido dos efeitos tributários)**	**Custo atualizado**
Títulos disponíveis para venda						
Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-F)	–	–	418.650	418.650	16.035	402.615
Quotas de fundos de investimentos	5.770	–	–	5.770	–	5.770
Letras Financeiras (LF)	–	–	40.227	40.227	941	39.286
Tesouro Prefixado (LTN)	15.996	1.940	71.117	89.053	1.572	87.481
Total em 2018	**21.766**	**1.940**	**529.994**	**553.700**	**18.548**	**535.152**
Total em 2017	**9.162**	**30.024**	**578.218**	**617.404**	**13.337**	**604.066**

Nenhum desses ativos financeiros estão vencidos ou *impaired*.

b) Movimentação das aplicações financeiras

	Saldo em 2017	**Aplicações**	**Resgates**	**Rendimentos**	**Ajustes TVM**	**Saldo em 2018**
Títulos disponíveis para venda						
Tesouro SELIC (LFT)	29.006	59.988	(89.721)	727	–	–
Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-F)	148.473	761.520	(530.283)	21.132	17.808	418.650
Quotas de fundos de investimentos	9.162	17.356	(21.073)	325	–	5.770
Letras Financeiras (LF)	11.037	89.042	(67.462)	6.370	1.240	40.227
Tesouro Prefixado (LTN)	419.726	265.135	(617.473)	34.051	(12.386)	89.053
Total	**617.404**	**1.193.041**	**(1.326.012)**	**62.605**	**6.662**	**553.700**

	Saldo em 2016	**Aplicações**	**Resgates**	**Rendimentos**	**Ajustes TVM**	**Saldo em 2017**
Títulos disponíveis para venda						
Tesouro SELIC (LFT)	24.608	28.998	(25.297)	682	15	29.006
Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-F)	62.412	384.659	(315.484)	11.542	5.344	148.473
Quotas de fundos de investimentos	25.665	32.250	(49.322)	569	–	9.162
Debentures	–	13.643	(13.960)	317	–	–
Letras Financeiras (LF)	12.036	10.000	(12.454)	1.134	321	11.037
Tesouro Prefixado (LTN)	444.655	301.325	(386.390)	55.168	4.968	419.726
Total	**569.376**	**770.875**	**(802.907)**	**69.412**	**10.648**	**617.404**

(c) Estimativa do valor justo

A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue:

- Nível 1 – títulos com cotação em mercado ativo;
- Nível 2 – títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 – títulos que não possuem seus custos determinados com base em um mercado observável.

Em 2018 e 2017, a Resseguradora não apresenta nenhum título classificado no Nível 3.

			2018			**2017**
	Nível 1	**Nível 2**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Títulos disponíveis para venda						
Tesouro SELIC (LFT)	–	–	**–**	29.006	–	**29.006**
Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-F)	418.650	–	**418.650**	148.473	–	**148.473**
Quotas de fundos de investimentos	5.770	–	**5.770**	9.162	–	**9.162**
Letras Financeiras (LF)	–	40.227	**40.227**	–	11.037	**11.037**
Tesouro Pré fixado (LTN)	89.053	–	**89.053**	419.726	–	**419.726**
Total das aplicações	**513.473**	**40.227**	**553.700**	**606.367**	**11.037**	**617.404**

(d) Taxas de juros contratadas

				2018
Título	**Classe**	**Taxa de juros contrata a.a.**	**Valor de mercado**	**Percentual**
LF	Títulos privados pré fixados	De 10,00% até 11,00%	40.227	7,27
LTN	Títulos públicos pré fixados	De 07,00% até 08,99%	33.690	6,08
LTN	Títulos públicos pré fixados	De 09,00% até 10,99%	10.289	1,86
LTN	Títulos públicos pré fixados	De 11,00% até 12,99%	27.139	4,90
LTN	Títulos públicos pré fixados	De 13,00% até 14,99%	9.438	1,70
LTN	Títulos públicos pré fixados	De 15,00% até 16,99%	8.497	1,53
NTN-F	Títulos públicos pré fixados	De 07,00% até 8,99%	30.153	5,45
NTN-F	Títulos públicos pré fixados	De 09,00% até 10,99%	306.319	55,32
NTN-F	Títulos públicos pré fixados	De 11,00% até 12,99%	60.277	10,89
NTN-F	Títulos públicos pré fixados	De 15,00% até 16,99%	21.901	3,96
Fundos	Fundos de renda fixa	POS fixado	5.770	1,04
			553.700	**100,00**

As taxas de juros contratadas para os títulos pré fixados são indicadas ao ano.

				2017
Título	**Classe**	**Taxa de juros contrata a.a.**	**Valor de mercado**	**Percentual**
LFT	Títulos públicos pós fixados	100% SELIC	29.006	4,70
LF	Títulos privados pré fixados	De 10,00% até 11,00%	11.037	1,79
LTN	Títulos públicos pré fixados	De 07,00% até 08,99%	47.109	7,63
LTN	Títulos públicos pré fixados	De 09,00% até 10,99%	213.436	34,56

continua …

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

Zurich Resseguradora Brasil S.A.

… continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

				2017
Título	**Classe**	**Taxa de juros contrata a.a.**	**Valor de mercado**	**Percentual**
LTN	Títulos públicos pré fixados	De 11,00% até 12,99%	93.353	15,12
LTN	Títulos públicos pré fixados	De 13,00% até 14,99%	40.545	6,57
LTN	Títulos públicos pré fixados	De 15,00% até 16,99%	25.283	4,10
NTN-F	Títulos públicos pré fixados	De 09,00% até 10,99%	82.815	13,41
NTN-F	Títulos públicos pré fixados	De 11,00% até 12,99%	38.938	6,31
NTN-F	Títulos públicos pré fixados	De 13,00% até 14,99%	5.237	0,85
NTN-F	Títulos públicos pré fixados	De 15,00% até 16,99%	21.483	3,48
Fundos	Fundos de renda fixa	POS fixado	9.162	1,48
			617.404	**100,00**

(e) Instrumentos financeiros por categoria

				2018
Ativos financeiros	**Disponível para venda**	**%**	**Empréstimos e recebíveis**	**%**
Aplicações financeiras	553.700	100,00	–	–
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	–	187.871	86,93
Títulos e créditos a receber	–	–	28.251	13,07
	553.700	**100,00**	**216.122**	**100,00**

				2017
Ativos financeiros	**Disponível para venda**	**%**	**Empréstimos e recebíveis**	**%**
Aplicações financeiras	617.404	100,00	–	–
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	–	228.476	93,29
Títulos e créditos a receber	–	–	16.439	6,71
	617.404	**100,00**	**244.915**	**100,00**

(f) Análise de sensibilidade

A Resseguradora realizou análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, com base na variação da taxa SELIC, devido ao fato de a Resseguradora ter a maior parte de sua exposição a risco relacionada a taxa em questão, conforme destacado no quadro a seguir:

				2018
	Títulos públicos federais	**Títulos privados**	**Quotas de fundos de investimentos**	**Total**
Aplicações	507.703	40.227	5.770	553.700
SELIC – % a.a.	6,40	–	6,40	6,40
CDI – % a.a.	–	6,42	–	6,42
Projeção rentabilidade próximos 12 meses				
Resultado:				
Provável	32.493	2.583	369	35.445
Queda 25%	24.370	1.937	277	26.584
Queda 50%	16.246	1.291	185	17.722
Elevação 25%	40.616	3.228	462	93.952
Elevação 50%	48.739	3.874	554	53.167

				2017
	Títulos públicos federais	**Títulos privados**	**Quotas de fundos de investimentos**	**Total**
Aplicações	597.205	11.037	9.162	617.404
SELIC – % a.a.	6,90	–	6,90	6,90
CDI – % a.a.	–	6,89	–	6,89
Projeção rentabilidade próximos 12 meses				
Resultado:				
Provável	41.207	760	632	42.599
Queda 25%	30.905	570	474	31.949
Queda 50%	20.604	380	316	21.300
Elevação 25%	51.509	951	790	53.250
Elevação 50%	61.811	1.141	948	63.900

Fonte SELIC: Taxas efetivas retiradas do Banco Central.
Fonte CDI: Taxas efetivas retiradas da CETIP.

7. Crédito das operações com seguros e resseguros

As operações com seguradoras e resseguradoras contemplam os prêmios de resseguro e retrocessão aceita e riscos vigentes não emitidos, líquidos de comissão. O recebimento dos prêmios ocorrem, de acordo com o prazo determinado em contrato para cada prestação de conta.

(a) Operações com seguradoras – prêmios a receber por grupo de ramo de resseguro

	2018	2017
Patrimonial	60.483	77.377
Responsabilidades	24.627	17.583
Automóvel	29.080	82.966
Transportes	2.859	5.463
Riscos financeiros	57.223	36.879
Riscos especiais	46	–
	174.318	**220.268**

(i) Movimentação dos prêmios a receber	**2018**	**2017**
Saldo inicial	**220.268**	**157.150**
(+) Prêmios emitidos	294.840	566.652
(+) Prêmios de riscos vigentes e não emitidos	17.198	(7.830)
(-) Recebimentos	(357.988)	(495.704)
Saldo final	**174.318**	**220.268**

(ii) *Aging List* de prêmios a receber

	2018	2017
0 a 30 dias	17.560	87.522
31 a 60 dias	38.979	30.225
61 a 120 dias	24.106	51.213
121 a 365 dias	93.673	51.000
Acima de 365 dias	–	308
	174.318	**220.268**

Os valores com aging acima de 120 dias são prêmios a receber da empresa Zurich Minas Brasil que faz parte do Grupo Zurich, mesmo conglomerado da Resseguradora.

(b) Operações com resseguradoras – prêmios a receber por grupo de ramo de resseguro

	2018	2017
Responsabilidades	373	–
Riscos financeiros	13.179	7.940
	13.552	**7.940**

(i) Movimentação dos prêmios a receber	**2018**	**2017**
Saldo inicial	**7.940**	**1.378**
(+) Prêmios emitidos	14.616	7.646
(+) Prêmios de riscos vigentes e não emitidos	170	377
(-) Recebimentos	(9.174)	(1.461)
Saldo final	**13.552**	**7.940**

(ii) *Aging List* de prêmios a receber

	2018	2017
0 a 30 dias	874	595
61 a 120 dias	293	1.923
121 a 365 dias	11.693	4.578
Acima de 365 dias	692	844
	13.552	**7.940**

8. Ativos de retrocessão

(a) Ativos de retrocessão – provisões técnicas

				2018
	Provisão de prêmios não ganhos	**Provisão de sinistros a liquidar**	**Provisão de sinistros ocorridos e não avisados**	**Total**
Patrimonial	51.719	87.196	117.976	256.891
Riscos especiais	9	–	153	162
Responsabilidades	12.085	249.725	131.098	392.908
Automóvel	–	874	482	1.356
Transportes	1.250	8.445	10.643	20.338
Riscos financeiros	72.088	14.716	56.653	143.457
Circulante e não circulante	**137.151**	**360.956**	**317.005**	**815.112**

				2017
	Provisão de prêmios não ganhos	**Provisão de sinistros a liquidar**	**Provisão de sinistros ocorridos e não avisados**	**Total**
Patrimonial	81.667	108.587	106.716	296.970
Riscos especiais	–	–	152	152
Responsabilidades	16.716	126.467	122.955	266.138
Automóvel	–	610	576	1.186
Transportes	3.183	9.742	11.238	24.163
Riscos financeiros	66.946	13.504	39.659	120.109
Circulante e não circulante	**168.512**	**258.910**	**281.296**	**708.718**

(i) Movimentação dos ativos de resseguro e retrocessão – provisões técnicas

				2018
	Provisão de prêmios não ganhos	**Provisão de sinistro a liquidar**	**Provisão de sinistros ocorridos e não avisados**	**Total**
Saldo no início do exercício	**168.512**	**258.910**	**281.296**	**708.718**
Constituições	94.505	–	–	94.505
Diferimento pelo risco	(125.866)	–	–	(125.866)
Variação de IBNR	–	–	35.709	35.709
Aviso de sinistro	–	181.862	–	181.862
Recuperação de sinistro	–	(79.816)	–	(79.816)
Saldo no final do exercício	**137.151**	**360.956**	**317.005**	**815.112**

				2017
	Provisão de prêmios não ganhos	**Provisão de sinistro a liquidar**	**Provisão de sinistros ocorridos e não avisados**	**Total**
Saldo no início do exercício	**154.170**	**228.167**	**260.633**	**642.970**
Constituições	102.442	–	–	102.442
Diferimento pelo risco	(88.100)	–	–	(88.100)
Variação de IBNR	–	–	20.663	20.663
Aviso de sinistro	–	115.510	–	115.510
Recuperação de sinistro	–	(84.767)	–	(84.767)
Saldo no final do exercício	**168.512**	**258.910**	**281.296**	**708.718**

(b) Débito de operações com seguros e resseguros

	2018	2017
Prêmio de retrocessão a pagar	133.405	131.142
(c) Total do débito de operações com seguros e resseguros	**133.405**	**131.142**

(i) Movimentação dos prêmios de retrocessão a pagar

	2018	2017
Saldo inicial	**131.142**	**73.783**
(+) Prêmios a restituir	(4.470)	–
(+) Prêmios cedidos	171.770	254.852
(+) Prêmios de riscos vigentes e não emitidos	(8.429)	(7.129)
(-) Pagamentos	(156.608)	(190.364)
Saldo final	**133.405**	**131.142**

9. Créditos tributários e previdenciários

(a) Créditos tributários e previdenciários

	2018	2017
IRPJ e CSLL a compensar	8.153	5.901
PIS e COFINS a compensar	6.000	5.718
Total dos créditos tributários e previdenciários – circulante	**14.153**	**11.619**
IRPJ e CSLL diferidos	10.320	4.820
Total dos créditos tributários e previdenciários – não circulante	**10.320**	**4.820**
Total dos créditos tributários e previdenciários – circulante e não circulante	**24.473**	**16.439**

(b) Imposto de renda e contribuição social

	2018	2017
Resultado antes dos impostos e juros sobre capital próprio.	**68.828**	**72.933**
Juros sobre capital próprio	(14.997)	(11.814)
Resultado antes dos impostos	**53.831**	**61.119**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 20% respectivamente	(24.224)	(27.504)
Adições permanentes	(268)	(234)
Baixa créditos tributários (i)	(1.087)	–
Demais ajustes (ii)	7.653	4.005
Imposto de renda e contribuição social	**(21.798)**	**(23.733)**

(i) Em 2018, a Companhia efetuou a baixa de 5% do estoque total de CSLL (constituído à alíquota 20%), uma vez que, conforme o disposto na Lei 13.196/05, a alíquota desta contribuição voltará a ser de 15% a partir de 01.01.2019. Da mesma forma, os créditos constituídos no período, já refletem tal alteração.

(ii) Em 2018, a Companhia registrou contabilmente o saldo histórico de crédito tributário, em observânia aos critérios contidos na Circular SUSEP nº 517/15.

(c) Ativos e passivos fiscais – natureza e origem dos créditos tributários

	Saldo em 2017	**Constituição**	**Realização**	**Saldo em 2018**
Sobre diferenças temporárias				
Provisão para riscos fiscais	8.186	2.134	–	10.320
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**8.186**	**2.134**	**–**	**10.320**
Créditos não registrados	(3.366)	3.366	–	–
Saldo dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**4.820**	**5.500**	**–**	**10.320**

	Saldo em 2016	**Constituição**	**Realização**	**Saldo em 2017**
Sobre diferenças temporárias				
Provisão para riscos fiscais	5.214	2.972	–	8.186
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**5.214**	**2.972**	**–**	**8.186**
Créditos não registrados	(3.366)	–	–	(3.366)
Saldo dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**1.848**	**2.972**	**–**	**4.820**

10. Custos de aquisição diferidos

(a) Premissas e prazos de diferimento

Os custos de aquisição diferidos são compostos por montantes referentes a comissões e agenciamentos relativos a comercialização de contatros de retrocessão. Esses montantes são diferidos por ocasião da emissão do contrato e apropriados ao resultado, *pro-rata die*, de acordo com a vigência do contrato, média de 12 meses.

(i) Movimentação dos custos de aquisição diferidos

	2018	2017
Saldo inicial do exercício	**961**	**90**
Constituições	2.636	1.241
Diferimento	(1.204)	(370)
Saldo final do exercício	**2.393**	**961**

11. Provisões técnicas – resseguro

(a) Resseguro aceito

				2018
	Provisão de prêmios não ganhos	**Provisão de sinistros a liquidar**	**Provisão de sinistros ocorridos e não avisados**	**Total**
Patrimonial	58.972	91.209	124.339	274.520
Riscos especiais	9	–	153	162
Responsabilidades	15.923	254.120	137.648	407.691
Automóvel	16.337	128.243	99.417	243.997
Transportes	1.253	8.462	11.715	21.430
Riscos financeiros	90.913	14.816	58.547	164.276
Total	**183.407**	**496.850**	**431.819**	**1.112.076**

				2017
	Provisão de prêmios não ganhos	**Provisão de sinistros a liquidar**	**Provisão de sinistros ocorridos e não avisados**	**Total**
Patrimonial	84.659	109.954	111.639	306.252
Riscos especiais	–	–	153	153
Responsabilidades	20.024	128.868	132.418	281.310
Automóvel	154.868	151.998	87.349	394.215
Transportes	3.189	9.760	12.192	25.141
Riscos financeiros	73.171	13.595	40.135	126.901
Total	**335.911**	**414.175**	**383.886**	**1.133.972**

(i) Movimentação das provisões técnicas de resseguro aceito

				2018
	Provisão de prêmios não ganhos	**Provisão de sinistros a liquidar**	**Provisão de sinistros ocorridos e não avisados**	**Total**
Saldo no início do exercício	**335.911**	**414.175**	**383.886**	**1.133.972**
Constituições	133.068	–	–	133.068
Diferimento pelo risco	(285.572)	–	–	(285.572)
Variação de IBNR	–	–	47.933	47.933
Aviso de sinistro	–	193.961	–	193.961
Pagamento de sinistro	–	(111.286)	–	(111.286)
Saldo no final do exercício	**183.407**	**496.850**	**431.819**	**1.112.076**

				2017
	Provisão de prêmios não ganhos	**Provisão de sinistros a liquidar**	**Provisão de sinistros ocorridos e não avisados**	**Total**
Saldo no início do exercício	**302.633**	**384.681**	**340.188**	**1.027.502**
Constituições	266.523	–	–	266.523
Diferimento pelo risco	(233.245)	–	–	(233.245)
Variação de IBNR	–	–	43.698	43.698
Aviso de sinistro	–	369.360	–	369.360
Pagamento de sinistro	–	(339.866)	–	(339.866)
Saldo no final do exercício	**335.911**	**414.175**	**383.886**	**1.133.972**

(ii) Garantias das provisões técnicas

Os valores contábeis vinculados a SUSEP em cobertura de provisões técnicas são os seguintes:

	2018	2017
Total das provisões técnicas	1.112.076	1.133.972
Ativos de retrocessão redutores de cobertura	(784.523)	(636.612)
Direitos creditórios	(39.958)	(125.396)
Total das provisões técnicas a ser coberto	**287.595**	**371.964**
Ativos oferecidos em garantia		
Letras Financeiras (LF)	40.227	11.037
Tesouro SELIC (LFT)	–	29.006
Tesouro Prefixado (LTN)	89.054	419.726
Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-F)	418.650	148.473
Quotas de fundos de investimento	5.770	9.162
Total dos ativos oferecidos em garantia	**553.700**	**617.404**
Suficiência de garantia das provisões técnicas	**266.105**	**245.440**
Liquidez – 20% sobre o Capital de Risco (Nota 14(e))	16.177	22.663
Suficiência de liquidez	**249.928**	**222.777**

A liquidez da Resseguradora está adequada as exigências da Resolução SUSEP nº 321/15, onde o montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, devem ser superior a 20%.

12. Passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

(a) Saldos patrimoniais das provisões para processos judiciais e administrativos e obrigações legais por natureza

	2018	2017
Provisão para riscos fiscais e obrigações legais	25.799	18.192
	25.799	**18.192**

(i) Movimentação das provisões para processos judiciais e administrativ0s e obrigações legais por natureza

	Saldo em 2017	**Constituição**	**Saldo em 2018**
Provisão para riscos fiscais e obrigações legais	**18.192**	**7.607**	**25.799**
PIS/COFINS Receitas financeiras	18.192	7.607	25.799
Saldo dos créditos tributários registrados	**18.192**	**7.607**	**25.799**

	Saldo em 2016	**Constituição**	**Saldo em 2017**
Provisão para riscos fiscais e obrigações legais	**11.587**	**6.605**	**18.192**
PIS/COFINS Receitas financeiras	11.587	6.605	18.192
Saldo dos créditos tributários registrados	**11.587**	**6.605**	**18.192**

Obrigação legal – PIS/COFINS: Em 31 de março de 2015, impetramos Mandado de Segurança visando a declaração da inexistência de relação jurídico-tributária capaz de impor a Resseguradora o dever de se sujeitar a Contribuição ao PIS e a COFINS sobre suas receitas financeiras oriundas das aplicações que constituem suas reservas técnicas, por não configurarem receitas de prestação de serviços ou receitas da atividade principal. Foi proferida decisão liminar favorável, motivo pelo qual deixamos de recolher o PIS e COFINS sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações que constituem as reservas técnicas e passamos a provisionar esse valor. Em julho de 2015, foi proferida sentença favorável, confirmando a liminar. Houve interposição de Apelação pela Fazenda Nacional e Contrarrazões pela Resseguradora, recursos pendentes de julgamento.

(b) Tributos diferidos

A Resseguradora reconheceu o imposto diferido passivo, concernente ao ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários (TVM), classificados como disponíveis para venda, conforme artigo 339 do Decreto nº 3.000/99 (RIR/99).

	2018	2017
Tributos diferidos	12.191	10.739
Saldo dos tributos diferidos	**12.191**	**10.739**

13. Desenvolvimento de Sinistros

Os padrões de desenvolvimento de sinistros adotados no teste de adequação de passivos são selecionados a partir da experiência das seguradoras do mesmo grupo empresarial no Brasil.

14. Patrimônio Líquido

(a) Capital social

O capital social em 2018 e 2017 é R$ 204.003, e é representado por 217.148.939 ações ordinárias.

(b) Reservas de lucro

	2018	2017
Reserva legal (i)	7.465	5.114
Reserva estatutária (ii)	33.564	33.564
Total	**41.029**	**38.678**

(i) A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, sendo calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício limitado a 20% do capital social e poderá ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital social.

(ii) A reserva estatutária refere-se ao saldo remanescente do lucro líquido

continua …

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

Zurich Resseguradora Brasil S.A.

… continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do exercício após a constituição da reserva legal e da distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios, o qual, por proposta da Administração, está retido nos termos da Lei Societária e sua destinação será submetida à deliberação da Assembleia Geral.

(d) Dividendos mínimo e juros sobre capital próprio

São assegurados dividendos mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado de acordo com a legislação societária e são apurados anualmente.

Os juros sobre capital próprio é registrado quando o mesmo é aprovado e deliberado através da Assembleia Geral.

Em 2018 além da constituição dos dividendos a pagar sobre o resultado do exercício, foi pago juros sobre o capital próprio no valor de R$ 14.997 (R$ 32.000 em 2017) aos acionistas.

(e) Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido

	2018	2017
Patrimônio líquido	**263.580**	**256.018**
Ajustes econômicos	**6.889**	**16.162**
Limite (a)	6.889	16.162
(+) Capital mínimo requerido	80.889	113.315
(-) Capital mínimo requerido desconsiderando o valor do risco de mercado	(73.999)	(97.153)
Patrimônio líquido ajustado	**270.470**	**272.180**
Capital base (c)	60.000	60.000
Capital de risco (d)	80.889	113.315
Capital de risco baseado no risco de subscrição	41.492	73.953
Capital de risco baseado no risco de crédito	38.671	28.596
Capital de risco baseado no risco operacional	4.561	5.493
Capital adicional baseado no risco de mercado	17.455	36.662
Benefício da diversificação	(21.291)	(31.389)
Capital mínimo requerido (maior entre (c) e (d))	80.889	113.315
Suficiência de capital	**189.581**	**158.865**

15. Detalhamento das Principais Contas das Demonstrações do Resultado

(a) Prêmios emitidos

Grupos de ramos	2018	2017
Patrimonial	94.857	154.769
Riscos especiais	47	–
Responsabilidades	36.732	41.869
Automóvel	100.609	303.362
Transportes	4.265	11.720
Riscos financeiros	55.919	55.126
Total	**292.429**	**566.846**

(b) Prêmios ganhos

		2018
Grupos de ramos	**Prêmios ganhos**	**Taxa de sinistralidade**
Patrimonial	123.266	41,95%
Riscos especiais	37	0,00%
Responsabilidades	41.949	349,13%
Automóvel	239.140	91,88%
Transportes	6.380	33,70%
Riscos financeiros	38.178	53,64%
Total	**448.950**	

		2017
Grupos de ramos	**Prêmios ganhos**	**Taxa de sinistralidade**
Patrimonial	161.041	43,60%
Responsabilidades	45.895	87,06%
Automóvel	292.505	95,00%
Transportes	10.137	152,63%
Riscos financeiros	24.462	37,87%
Total	**534.040**	

(c) Sinistros Ocorridos

				2018
Grupos de ramos	**Sinistros**	**Salvados e Ressarcimentos**	**Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados**	**Total**
Patrimonial	(64.081)	25.066	(12.700)	(51.715)
Responsabilidades	(141.229)	–	(5.230)	(146.459)
Automóvel	(239.052)	31.404	(12.067)	(219.715)
Transportes	(2.691)	–	478	(2.213)
Riscos financeiros	(2.066)	–	(18.414)	(20.480)
Total	**(449.119)**	**56.470**	**(47.933)**	**(440.582)**

				2017
Grupos de ramos	**Sinistros**	**Salvados e Ressarcimentos**	**Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados**	**Total**
Patrimonial	(57.528)	–	(12.692)	(70.220)
Responsabilidades	(44.920)	–	4.965	(39.955)
Automóvel	(299.674)	46.947	(25.153)	(277.880)
Transportes	(8.442)	–	(7.030)	(15.472)
Riscos financeiros	(5.743)	–	(3.789)	(9.532)
Total	**(416.307)**	**46.947**	**(43.699)**	**(413.059)**

(d) Resultado com retrocessão

					2018
Grupos de ramos	**Sinistros, salvados e ressarcimentos**	**IBNR**	**Prêmio**	**Variação da provisão de prêmios não ganhos**	**Total**
Patrimonial	36.506	11.260	(82.205)	(32.420)	(66.859)
Riscos especiais	–	–	(46)	9	(37)
Responsabilidades	140.355	8.143	(30.461)	(5.585)	112.452
Automóvel	264	(93)	(1.033)	–	- (862)
Transportes	2.686	(595)	(4.256)	(2.111)	(4.276)
Riscos financeiros	2.052	16.994	(39.385)	5.143	(15.196)
Total	**181.863**	**35.709**	**(157.386)**	**(34.964)**	**25.222**

					2017
Grupos de ramos	**Sinistros, salvados e ressarcimentos**	**IBNR**	**Prêmio**	**Variação da provisão de prêmios não ganhos**	**Total**
Patrimonial	57.359	16.488	(149.986)	(8.380)	(84.519)
Responsabilidades	43.983	(6.387)	(37.404)	(5.364)	(5.172)
Automóvel	39	280	(308)	–	11
Transportes	8.426	6.725	(11.472)	1.580	5.259
Riscos financeiros	5.704	3.557	(48.553)	25.869	(13.423)
Total	**115.511**	**20.663**	**(247.723)**	**13.705**	**(97.844)**

(e) Despesas administrativas

	2018	2017
Pessoal	(6.319)	(5.939)
Serviços de terceiros	(412)	(955)
Localização e funcionamento	(300)	(492)
Despesas com publicações	(138)	(121)
Despesas administrativas diversas	(14)	(22)
Despesa com donativos	(593)	(522)
Total	**(7.776)**	**(8.051)**

(f) Despesas com tributos

	2018	2017
Impostos federais	(14.306)	(10.064)
Taxa de fiscalização	(1.038)	(964)
Outros tributos	(2)	(5)
Total	**(15.346)**	**(11.033)**

(g) Resultado financeiro

	2018	2017
Receitas financeiras	**138.936**	**120.187**
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	62.605	69.412
Receitas financeiras com operações de resseguro	34.336	13.425
Outras receitas financeiras*	41.995	37.350
Despesas financeiras	**(77.939)**	**(50.938)**
Despesas financeiras com operações de resseguro	(33.987)	(12.856)
Outras despesas financeiras*	(43.952)	(38.082)
Total	**60.997**	**69.249**

*Outras receitas e outras despesas financeiras são representadas substancialmente pela oscilação cambial apresentada na movimentação da conta de banco em moeda estrangeira.

16. Partes relacionadas

(a) Despesas compartilhadas

R$ 6.390 (R$ 6.009 em 2017) refere-se ás despesas com remuneração dos administradores que a Zurich Resseguradora Brasil S.A. paga para a Zurich Minas Brasil Seguros S.A., devido ao compartilhamento da Administração.

(b) Operações com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A., Zurich Insurance Company e Zurich Insurance Public Limited Company.

A Resseguradora possui operações com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A., Seguradora, de resseguro aceito, com a Zurich Insurance Company, Resseguradora admitida e com a Zurich Insurance Public Limited Company, Resseguradora eventual, de retrocessão cedida. A Seguradora, a Resseguradora admitida e a Resseguradora eventual fazem parte do Grupo Zurich Financial Services.

	2018 Ativo e passivo	2017 Ativo e passivo
Valores a receber:		
Zurich Minas Brasil Seguros S.A.	163.973	215.574
Zurich Insurance Company	32.533	27.574
Zurich Insurance Public Limited Company	529	721
Valores a pagar:		
Zurich Minas Brasil Seguros S.A.	497.116	462.739
Zurich Insurance Company	120.516	39.828

	2018 Receitas e despesas	2017 Receitas e despesas
Receitas:		
Zurich Minas Brasil Seguros S.A.	258.208	549.017
Zurich Insurance Company	6.824	9.881
Zurich Insurance Public Limited Company	273	230
Despesas:		
Zurich Minas Brasil Seguros S.A.	(389.484)	371.822
Zurich Insurance Company	115.061	67.795
Zurich Insurance Public Limited Company	–	40

17. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes após o fechamento até a data de publicação dessas demonstrações financeiras.

Diretores

Celso Gomes Soares Júnior **Carlos Roberto Toledo** **Glaucia Asvolinsque Diogo de Faria Smithson**

Contadora

Ana Paula Lima Petri – CRC SP 267635/O-1

Atuária

Fernanda Lores – MIBA 1740

Comitê de Auditoria

Introdução

O Comitê de Auditoria (o "Comitê") da **Zurich Resseguradora Brasil S.A.** ("Resseguradora") é constituído nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP nº 321/15 e alterações posteriores, tendo o seu regulamento revisado e aprovado pelo Conselho de Administração da Resseguradora.

Compete ao Comitê assessorar o Conselho de Administração na supervisão (i) da qualidade e integridade das demonstrações financeiras, (ii) do cumprimento pela Resseguradora das exigências legais e regulamentares, (iii) das habilitações e independência dos Auditores Externos, (iv) do desempenho da função da auditoria interna da Resseguradora e dos auditores externos, e (v) das atividades de gerenciamento de riscos e de controles internos.

É responsabilidade da Administração a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as leis e regulamentos vigentes no Brasil, a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade das informações financeiras, bem como, as de controles e gerenciamento de riscos.

As avaliações do Comitê são efetuadas com base nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento dos controles internos e de riscos, além de suas próprias análises.

1. Atividades do Comitê

No decorrer do exercício de 2018, o Comitê desenvolveu as seguintes atividades, cujos temas e discussões abordados, foram:

a) Discussão dos procedimentos operacionais e do status do plano de trabalho do Comitê;

b) Auditoria Interna – discussão do plano de trabalho para o exercício de 2018 e dos relatórios emitidos;

c) Auditoria Externa – discussão do plano de trabalho e dos aspectos relacionados aos procedimentos de independência e qualificação dos Auditores Externos, bem como, dos relatórios emitidos e dos resultados alcançados decorrentes da auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2018;

d) Controladoria – discussão dos processos de contabilização, avaliação das estimativas contábeis, consistência dos saldos contábeis e dos relatórios gerenciais;

e) Revisão das demonstrações financeiras do exercício de 2018.

2. Auditoria Interna

O Comitê apreciou o plano de trabalho desenvolvido pela auditoria interna para o exercício de 2018 e os relatórios gerados. O Comitê considera que os trabalhos propostos e realizados pela auditoria interna para o exercício de 2018, mostram-se suficientes.

3. Auditoria Externa

O Comitê avaliou que os trabalhos desenvolvidos pelos auditores externos da Resseguradora, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, foram adequados para suportar a sua opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2018.

4. Controladoria

Os processos de contabilização das principais operações são altamente automatizados, havendo pouca intervenção manual. Os saldos contábeis são conciliados com os registros auxiliares e não foram apuradas diferenças significativas, o que permite assegurar a sua consistência. As estimativas contábeis são feitas de acordo com critérios usualmente aceitos.

5. Demonstrações Financeiras

O Comitê revisou as demonstrações financeiras da Resseguradora relativa ao exercício de 2018, bem como os respectivos relatórios da Administração.

6. Conclusão

Com base nas atividades desenvolvidas, conforme acima exposto, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração da **Zurich Resseguradora Brasil S.A.** a aprovação das demonstrações financeiras, relativas ao exercício de 2018.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.

Membros

Julio de Albuquerque Bierrenbach **Helio Fernando Leite Solino** **Luiz Roberto Cafarella**

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Acionistas e Administradores da

Zurich Resseguradora Brasil S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da **Zurich Resseguradora Brasil S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Zurich Resseguradora Brasil S.A.** em 31 de dezembro de 2018, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.

Avenida Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino

São Paulo-SP – Brasil 05001-903

CNPJ 02.646.397/0001-19 – CIBA 105

Carlos Eduardo Silva Teixeira – MIBA 729

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Zurich Resseguradora Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Zurich Resseguradora Brasil S.A. ("Resseguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zurich Resseguradora Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Resseguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Resseguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Resseguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Resseguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Resseguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Resseguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo

continua …

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

Zurich Resseguradora Brasil S.A.

com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019

pwc

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 2SP 000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora
CRC 1SP192785/O-4

e-negóciospúblicos

Diário Oficial

Pesquise gratuitamente as licitações e negócios públicos do Estado

- Busca fácil e objetiva das **licitações**;
- Consulta às **leis e decretos** sobre as contratações;
- Emuitomais: concorrências, concursos, convites, dispensas, inexigibilidades, leilões, pregões e tomadas de preços.

www.imprensaoficial.com.br/**negociospublicos**

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO — GOVERNO DO ESTADO — documento assinado digitalmente